

**13ª Reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da
Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico
(GTI-Plansab)**

Data: 26 de junho de 2017

Horário: 14h às 18h

Local: Sala 903 do Ministério das Cidades – Brasília/DF

Pauta

1. Abertura
2. Aprovação da pauta
3. Aprovação da ata da reunião anterior
4. Informes
5. Apreciação do Relatório Anual de Avaliação do Plansab 2015
6. Discussão da estrutura e de critérios para o Relatório Anual de Avaliação do Plansab 2016
7. Informes sobre a revisão do Plansab
8. Encerramento

Participantes Titulares ou Suplentes

Ministério das Cidades: Olavo de Andrade Lima Neto e Ernani Ciríaco de Miranda.

Casa Civil da Presidência da República: Paulo Alexandre de Toledo Alves

Ministério da Fazenda: Andrey Goldner Baptista Silva

Ministério da Saúde: Adriana Rodrigues Cabral

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Cristiane Batiston

Ministério do Meio Ambiente: Sergio Antonio Gonçalves

Caixa Econômica Federal: Luiz Alberto Nozaki Sugahara

Agência Nacional de Águas: Sérgio Rodrigues Ayrimoraes Soares

Conselho Nacional de Saúde (CNS): Fernando Zasso Pigatto

Conselho Nacional de Recursos Hídricos: Julio Thadeu Silva Kettelhut

Conselho Nacional das Cidades (Concidades):

Empresários: Ana Lia de Castro

Movimento Popular: Marcos Antonio Landa de Souza e Bartíria Perpétua Lima da Costa

Organizações Não Governamentais: Aécio Barbosa de Oliveira

Poder Público Estadual: Nelma Maria Oliveira Lisboa

Poder Público Municipal: Silvio José Marques

Outros participantes

Ministério das Cidades (MCidades): Alexandre Carlos, Guilherme Pereira, Samuel Caprini e Tatiana Santana.

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão: Lucas Bischof Pian e Natasha Nunes.

Memória

1. Abertura

A 13ª reunião do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do Plano Nacional de Saneamento Básico (GTI – PLANSAB) teve início às 14h e 30 min, presidida pelo Sr. Ernani Ciríaco de Miranda, Diretor do Departamento de Articulação Institucional do Ministério das Cidades – DARIN/SNSA/MCidades.

Comunicou-se que esta reunião foi agendada para essa data em razão da previsão do Regimento do GTI – Plansab de acompanhar preferencialmente as reuniões do Conselho das Cidades.

2. Informes

A Srta Tatiana Santana informou que está participando das oficinas regionais do Programa Nacional de Saneamento Rural, sob a coordenação da Funasa e em cooperação técnica com a UFMG. Já foram realizadas as oficinas no Sul, Centro Oeste, Norte e Sudeste e entre os dias 03 e 05/07 irá ocorrer no Nordeste. Nas oficinas estão sendo identificados os atores que possuem relação com o saneamento rural e debilidades, fortalezas, ameaças e oportunidades para cada um dos componentes do saneamento básico. O processo tem sido bem participativo e tem contado com a participação de entidades ligadas aos trabalhadores rurais, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, dentre outros movimentos, e além dos órgãos públicos que possuem atuação relacionada ao saneamento rural.

O Sr. Ernani Miranda informou que o Simisab está em fase de testes finais e será disponibilizado a todos os municípios interessados e que o Sinisa já está em fase de desenvolvimento por uma fábrica de softwares contratada pelo Ministério. A Srta. Cristiane Batiston questionou se o sistema será integrado ao SNIS e foi informada que inicialmente não, mas que no futuro poderá ocorrer a integração. O Sr. Silvio Marques questionou se o sistema contemplará municípios com menos de 50 mil habitantes e foi informado que sim, desde que eles tenham interesse.

O Sr. Marcos Landa solicitou que sejam atualizadas as informações sobre a existência de planos municipais de saneamento básico e foi esclarecido de que o último levantamento realizado é o Panorama que foi realizado em 2016, já apresentado aos conselheiros das cidades e que o mesmo está disponível no site do Ministério das Cidades. Informou ainda que o Governo Temer decretou o fim do Conselho das Cidades ao adiar a conferência em andamento para 2019, por

meio do Decreto 9.076 de 07/06/2017. Os conselheiros fizeram denúncia e representação junto ao Ministério Público Federal e solicitaram uma audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara que será realizada no dia 28/06/17.

O Sr. Ernani informou que após a reunião auto convocada pelos conselheiros, o Ministro convocou uma reunião do Conselho para amanhã onde será informada a proposta de alteração do Conselho e que o Secretário Executivo do Ministério irá para a audiência pública.

3. Aprovação da Ata da 12ª Reunião

Foi apresentada a ata da 12ª reunião, aprovada por unanimidade. A representante do MPOG se absteve pelo fato do órgão não ter sido representado na reunião anterior.

4. Apreciação do Relatório Anual de Avaliação do Plansab 2015

O Sr. Ernani Miranda apresentou o relatório anual de avaliação do Plansab referente ao ano de 2015, por meio da apresentação anexa, e informou que já foram incorporadas as contribuições recebidas do GTI e que as mesmas foram procedentes da SVS, Sesai, MF e da própria SNSA.

O Sr. Sergio Gonçalves manifestou a sua concordância com a aprovação do relatório, mesmo considerando que os dados podem ser melhorados a cada ano.

O Sr. Sérgio Soares considerou que em 2015 foi o ápice dos colapsos em sistemas de abastecimento de água, com a ocorrência de racionamento em um número elevado de municípios, que considera fundamental que esse contexto seja abordado no relatório e que para isso enviará uma proposta de texto no dia seguinte à reunião. Apesar disso, manifesta a sua concordância com a aprovação do relatório.

A Srta. Cristiane Batiston parabenizou pelo trabalho e considerou positivo ver o resultado dos esforços realizados nos últimos anos no setor saneamento. Enviará até o dia seguinte os dados do Pac com pequenas correções e atualizações.

O Sr. Fernando Pigatto mencionou a aproximação do Plansab com o Conselho Nacional de Saúde e informou que em 2017 já foram realizadas discussões sobre o Plano em pelo menos duas comissões e também no pleno. Informou que irá enviar ao GTI-Plansab informações sobre a Conferência Nacional de Vigilância. Apresentou preocupação com a possibilidade de se considerar como adequada a coleta indireta em áreas urbanas.

A Srta. Adriana Cabral mencionou que o Brasil é signatário de acordo para a erradicação da esquistossomose e que o saneamento básico é fundamental para o alcance dessa meta. Solicitou que o PNSR seja apresentado ao GTI-Plansab e foi informada que no início da reunião ocorreu um informe a respeito, mas que em reuniões futuras a Funasa será novamente convidada a apresentar o programa. Apresentou a sua concordância com a aprovação do relatório.

O Sr. Andrey do MF parabenizou pelo trabalho e apresentou a sua concordância com a aprovação do relatório.

A conselheira Bartíria se desculpou pelo atraso justificado pelo fato da reunião da comissão executiva do conselho ter sido agendada para o mesmo horário. Recomendou que o relatório vá para apreciação e aprovação do Conselho das Cidades. Solicitou que os representantes do Concidades tenham a oportunidade de visitar e conhecer obras já concluídas. Reconheceu o trabalho da equipe técnica que mesmo com o sucateamento e com todos os problemas conseguiu apresentar o relatório.

O Secretário Olavo Neto chegou e se apresentou ao GTI-Plansab.

O conselheiro Marcos Landa solicitou que fossem elaboradas cartilhas para divulgação da avaliação do Plansab para a população em geral, com linguagem acessível. Os movimentos com representação no Conselho possuem ampla base e participam de reuniões com milhares de pessoas que poderiam ser informadas por meio desse material. Parabeniza a equipe que mesmo com toda a crise política realizou o trabalho de avaliação do Plano.

A Sra. Ana Lia apontou que seria interessante que o relatório apresentasse análise de eficácia e de impacto das obras ilustradas por fotos, das operações, o número de famílias beneficiadas.

O Secretário Olavo concordou com a elaboração e impressão de cartilhas e informou que irá buscar formas de avaliar os impactos das obras.

O Sr. Paulo Alves parabenizou o trabalho, reconheceu a complexidade em trabalhar com dados e aprovou o relatório com a ressalva de que se deve incorporar as contribuições já apresentadas pela ANA e pelo MP. Sugere associar as metas aos investimentos, deixando mais claro o deslocamento do tempo de investimento com relação ao momento em que o impacto é verificado. Considera que a revisão de ser vista de forma macro, que deve ser avaliado o que é possível ser atribuído ao setor privado já que tem o cenário de privatização no âmbito do governo federal. Sugere rever os investimentos em resíduos, considerando a possibilidade de aterros sob a gestão privada. Considera que não se pode atribuir toda a responsabilidade pelos investimentos ao governo federal.

O Sr. Ernani Miranda esclareceu que 60% da necessidade de investimentos foi atribuída ao governo federal e que os outros 40% aos outros agentes, dentre eles o setor privado. Informou também que 53% dos empreendimentos ainda estão em execução e que ainda apresentarão impacto nos indicadores.

O Sr. Guilherme informou que mesmo as obras concluídas, podem não impactar nos indicadores de imediato.

O Sr. Olavo considera que para melhorar a gestão de resíduos é necessário viabilizar os consórcios públicos. Considerou que as concessões devem ser feitas para possibilitar investimentos por quem tem interesse e que é necessário investir onde está a população pobre, pois as áreas nobres já são atendidas.

A Sra. Ana Lia considerou que nos últimos três anos os investimentos privados responderam por 20% e que devem ser considerados. Informou sobre os estudos do PPI em 10 estados e que até o final do ano devem ter um posicionamento sobre a privatização das respectivas companhias estaduais.

O Sr. Silvio considera alterações relacionadas à privatização não devem ser feitas no relatório no momento.

A Sra. Nelma considera que o tempo para discussão nas reuniões do GTI-Plansab tem sido muito exíguo pelo fato da reunião ocorrer em apenas meio

período. Apontou que teve que sair às 02h da madrugada pelo horário dos voos agendados pelo Ministério e que isso prejudica a sua participação nas reuniões. Que deveria ter sido viabilizada a sua vinda no dia anterior.

O Sr. Landa concordou, disse que também saiu às 04h e que os conselheiros devem vir no dia anterior à reunião e não na madrugada.

O relatório foi aprovado por unanimidade com a ressalva de incorporar as contribuições da ANA, do MP e da CC.

5. Discussão da estrutura e de critérios para o Relatório Anual de Avaliação do Plansab 2016

O conselheiro Fernando Pigatto sugere nova reunião para que não sejam atropeladas as discussões da avaliação de 2016 e da revisão, considerando o adiantar das horas e todo o desgaste já considerado pelos outros conselheiros.

O Secretário Olavo sugere que a revisão não seja discutida agora porquê o governo está reformulando a política de saneamento básico e isso irá impactar a revisão.

A conselheira considera que a revisão tem que ser participativa, com todos os atores, e que, inclusive, as diretrizes devem partir do GTI-Plansab. Questiona quando será a próxima reunião e aponta que os atores a serem ouvidos estão nesse grupo.

O Secretário Olavo considera que dados produzidos no programa interágua devem ser aproveitados na avaliação. Como aqueles referentes às perdas, eficiência, regulação, dentre outros. O Sr. Ernani considerou prudente inserir tais informações na dimensão de avaliação dos programas.

O Sr. Ernani esclareceu que os pontos de pauta sobre a avaliação de 2016 e sobre a revisão se referem à informes de como os processos têm sido planejados internamente na SNSA e deu continuidade à apresentação.

6. Informes sobre a revisão do Plansab.

Após a apresentação do Sr. Ernani iniciaram as discussões.

A Sra. Bartéria considerou que todas as propostas de revisão recebidas devem ser discutidas com a sociedade e quem o GTI deve acompanhar todo o processo. Apresentou também preocupação com a possibilidade de considerar coleta indireta como adequada em áreas urbanas e sugeriu trazer a equipe do MMA para a discussão.

O Secretário Olavo sugere separar em duas metas, uma para coleta direta e outra para indireta.

O Sr. Paulo solicitou que a apresentação seja encaminhada ao GTI e solicitou a correção dos nomes dos representantes do GTI no relatório.

A Sra. Bartéria apresentou preocupação com a convocação da próxima reunião, já que o Conselho está sob risco de não ser convocado pelo Ministério, em função do decreto 9.076. Mencionou que para viabilizar a avaliação 2016 e a revisão, deve ser assegurada a participação dos conselheiros, sob pena de inviabilizar a legitimidade do processo.

O Secretário Olavo concorda com o processo apresentado e com o cronograma de revisão.